



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Procuradoria Geral do Estado

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS - PGE/DG/DA/CC

( ) LICITAÇÃO

( ) PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_

( ) CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_

(x) CONTRATAÇÃO DIRETA

**CONTRATO PGE Nº 004/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO, E A PESSOA JURÍDICA HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA, PARA OS FINS QUE NELE SE DECLARAM.**

O **ESTADO DA BAHIA**, neste ato representado pela **Dra. BÁRBARA CAMARDELLI LOI**, titular da **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, CNPJ nº 04.139.403/0001-77, situada na 3ª Avenida, nº 370, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-005, Salvador/BA, autorizada pelo Decreto de delegação de competência publicado no D.O.E. de 04/01/2023, denominado **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica **HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 01.245.055/0001-24, sediada na Rua General Lucas de Almeida Guimarães, nº 211, Bairro Estância Pinhais, Pinhais - PR, CEP: 83.323-130, doravante representada pelo **Sr. JEFFERSON CHOCHI ZEMBOVICI**, portador da cédula de identidade nº [REDAZIDO], emitida pela SSP/II/PR, inscrito no CPF sob o nº [REDAZIDO], conforme atos constitutivos da empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 001/2025, processo administrativo nº 006.0406.2024.0090414-67, que se regerá pela Lei Estadual nº 14.634, de 28 de novembro de 2023, pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, normas específicas e mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas.

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de licença de uso software de controle de frequência em nuvem pelo período de 12 (doze) meses e manutenção corretiva e preventiva de relógios de ponto biométricos com nobreak denominados "Prime Acesso FC", nas condições estabelecidas no Termo de Referência (art. 92, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1.2 Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição (art. 92, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Termo de Referência;
- b) Proposta da Contratada;
- c) ato que autorizou a contratação direta;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data assinatura do Contrato, prorrogável até atingir o limite máximo do valor inicial da contratação por dispensa, incluído o acréscimo financeiro decorrente das renovações e de eventual aumento quantitativo.

2.2 A prorrogação de que trata esta cláusula está condicionada à justificativa e autorização da

autoridade competente para celebrar o ajuste, devendo as condições e preços permanecerem vantajosos para o Contratante, permitida a negociação com a Contratada, observando-se, ainda, o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) comprovação de que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) apresentação de relatório que discorra sobre a execução do Contrato, com informações de que os serviços foram prestados regularmente;
- c) apresentação de justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3 A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O Contrato não poderá ser prorrogado, quando for aplicada à Contratada:

- a) a sanção de impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia;
- b) a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos do §5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 As regras de execução e de gestão do contrato constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato (art. 92, incisos IV, VII e XVIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.2 Fica indicada como gestora deste Contrato a servidora **Regina Maria Rocha Pires**, matrícula: **06515646**.

3.3 Ficam indicados como fiscais deste Contrato os servidores: **Lucimário Ramos Oliveira**, matrícula: **06.551.711-9** e **Maria Helena Cerviño Rivas Almeida**, matrícula: **64.221.216-4**.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (art. 122, §2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. Estima-se para o Contrato o valor global de **R\$ 18.240,00 (dezoito mil duzentos e quarenta reais)**, conforme valores abaixo especificados:

ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Prazo	Quantitativo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL
1	02.26.00.00163772-0	ASSINATURA E LICENÇA, de uso de software em ambiente de nuvem.	Un	12 meses	01	R\$ 778,00	R\$ 9.336,00

2	04.36.00.00175830-6	MANUTENÇÃO DE RELÓGIO DE PONTO, marca henry, modelo prisma ss advanced, preventiva e corretiva.	Un	07	R\$ 106,00	R\$ 8.904,00
<b>VALOR ESTIMADO GLOBAL</b>						<b>R\$ 18.240,00</b>

5.2. Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da Contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, tributos, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada das obrigações.

5.3 O valor do Contrato referido nesta Cláusula é meramente estimativo, dependendo os pagamentos devidos à Contratada dos quantitativos efetivamente executados.

## **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1 O prazo para pagamento à Contratada e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui anexo deste Contrato (art. 92, incisos V e VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA SÉTIMA – MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO**

### **Reajustamento em sentido estrito**

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado (art. 92, inciso V e §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.2 Após o interregno de 1 (um) ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços (INPC).

7.2.1 Na hipótese de não reajustamento dos preços pelo Contratante, o requerimento de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão.

7.3 Nos reajustamentos subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7 O reajustamento será realizado por apostilamento, na forma do art. 136, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

### **Outras causas de reequilíbrio econômico-financeiro**

7.8 O reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.8.1 O requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas hipóteses do art. 124, inciso II, "d", ou do art. 135 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverá ser formulado pelo interessado no prazo máximo de um ano do fato que o ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

7.8.2 Na hipótese de contratos de serviços contínuos, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do [art. 107](#) da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob pena de preclusão (art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.8.2.1 Fica convencionado que, nos casos de contrato de serviços contínuos com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, o requerimento de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato deverá observar a disposição do subitem 7.8.1.

7.9. O Contratante, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa, responderá a eventuais pedidos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato apresentado pela Contratada (art. 92, inciso XI, c/c 123, parágrafo único da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.10 O processo de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em favor do Contratante ~~pede~~ deverá ser instaurado quando possível a redução do preço ajustado para compatibilizá-lo ao valor de mercado ou quando houver diminuição, devidamente comprovada, dos preços dos insumos básicos utilizados no Contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 O Contratante, além das determinações contidas no instrumento convocatório, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Contrato e seus anexos;
- b) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) intimar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;
- d) comunicar-se com a Contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- e) efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- f) aplicar à Contratada as sanções previstas em lei e neste Contrato;
- g) explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato apresentadas pela Contratada, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo definido no subitem 8.1.1;
- h) responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro apresentados pelo Contratada no prazo definido no subitem 7.9;
- i) intimar os emitentes das garantias relativamente ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.1 O Contratante, no prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do(s) requerimento(s) relacionado à execução do presente Contrato, decidirá sobre todas as solicitações e reclamações apresentadas pela Contratada, admitida a prorrogação motivada do prazo, por igual período (art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações decorrentes de lei e aquelas a seguir dispostas:

- a) designar de sua estrutura administrativa um preposto permanentemente responsável pela perfeita execução do Contrato, servindo de interlocutor e canal de comunicação entre as partes;
- b) atender às determinações regulares emitidas pelo Contratante e prestar o(s) esclarecimento(s) ou informação(ões) por ele solicitado(s) ([art. 137, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));
- c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- d) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- e) não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) quando não for possível a verificação da regularidade no Cadastro de Fornecedores, a Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada; 4) certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- h) prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;
- i) executar os serviços sem solução de continuidade durante todo o prazo da vigência do contrato e comunicar ao Contratante qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do Contrato;
- m) paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j) promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- k) conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- l) submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência;
- m) cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei, observado o disposto no art. 116 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- n) atender às seguintes obrigações concernentes à aprendizagem: [[art. 116, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#) c/c Lei Federal nº 13.459/15 e Decreto nº 16.761/15]:

1) observar a determinação do art. 429 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT) e respectiva regulamentação;

2) recrutar, preferencialmente, para a contratação de aprendizes determinada pelo art. 429 da CLT, os estudantes indicados no §2º do art. 38 da Lei estadual nº 14.395, de 2021, no percentual mínimo de 10% (dez por cento) do quadro de aprendizes da Contratada;

3) apresentar ao fiscal ou responsável pela gestão e acompanhamento do contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contado do início efetivo da execução do serviço, a lista completa dos aprendizes, indicando aqueles selecionados no banco de dados de que trata a Lei estadual nº 14.395, de 2021, devendo justificar, perante o Contratante, a eventual impossibilidade de seu cumprimento.

o) comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo Contratante, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));

p) guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

q) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, inciso II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

r) observar a legislação federal, estadual e municipal, relativa ao objeto do Contrato;

s) alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

t) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

u) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do Contrato;

v) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do presente Contrato;

w) emitir nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;

y) providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br) ou outro que venha a substituí-lo, para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI;

z) realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme prescrições do Termo de Referência;

aa) prover as instalações, aparelhamento e pessoal técnico exigidos na licitação;

bb) alocar durante todo o período de execução do objeto profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica e a equipe técnica mínima exigida no instrumento convocatório, admitindo-se a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo Contratante;

cc) ressarcir o Contratante pelos danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados.

9.2 Além das determinações acima descritas, a Contratada deverá:

a) atender às obrigações de que tratam os Anexos deste Contrato;

b) manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato (art. 118 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.2.1 A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, hipótese em que a empresa designará outro profissional para o exercício da atividade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

10.1 As disposições sobre a garantia da contratação estão disciplinadas no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Constituem infrações administrativas para os fins deste Contrato, as condutas constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.2. Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações constantes do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, as sanções previstas no art. 156 da mesma norma, observado os arts. 48 e 49 da Lei Federal nº 14.634, de 2023 e a disciplina constante do Regulamento do Estado da Bahia.

11.3. No que concerne à multa, será observado o que se segue:

### **11.3.1 Multa compensatória:**

a) No caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

b) Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicada multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do serviço já realizado.

c) No caso de descumprimento da obrigação acessória, será aplicada multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada do seu custo.

d) No caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo de contrato, em aceitar ou retirar o instrumento equivalente, ou, quando for o caso, em assinar a ata de registro de preços, ou praticar condutas a elas equiparadas, será aplicada multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor correspondente ao objeto adjudicado ou, quando for o caso, da estimativa da contratação.

11.3.1.1 Considera-se acessória, para os fins deste Contrato, a obrigação contratual de natureza instrumental, secundária ou meramente formal.

11.3.1.2 O inadimplemento de obrigação acessória que retarde, comprometa ou impeça a execução da obrigação principal será considerado descumprimento da obrigação principal, sujeitando-se às cominações legais respectivas.

### **11.3.2 Multa moratória:**

a) O atraso injustificado na execução do Contrato ensejará a aplicação de multa moratória no percentual de 10% (dez por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação descumprida ou da estimativa arbitrada do seu custo, observado o percentual máximo total de 30% (trinta por cento).

b) O atraso injustificado do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição de garantia contratual ensejará a aplicação de multa moratória no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor global do contrato.

11.3.2.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.3.2.2 Na hipótese do subitem anterior, se o cálculo da multa moratória atingir o patamar correspondente ao valor máximo da multa compensatória, o recebimento do objeto deverá ser recusado, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas em lei.

11.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de

reparação integral do dano causado ao Contratante, observado o disposto na Lei Estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei e no Regulamento do Estado da Bahia ([art. 159](#) da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e §3º, do art. 47 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos em lei e neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial.

11.8.1. Com a desconsideração da personalidade jurídica, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada.

11.8.2 Em todos os casos de desconsideração da personalidade jurídica deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021 e §1º do art. 55 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), conforme disciplinado no Regulamento do Estado da Bahia (art. 60 da Lei nº 14.634, de 2023).

11.11. A apuração das infrações administrativas será realizada em processo administrativo sancionatório, com a observância das garantias da ampla defesa e do contraditório, na forma do regulamento, conforme disciplina constante do Regulamento do Estado da Bahia.

11.11.1 Será admitida medida cautelar destinada a garantir o resultado útil do processo administrativo sancionatório, de forma antecedente ou incidental à sua instauração, inclusive a retenção provisória do valor correspondente à estimativa da sanção de multa.

11.11.2 O valor da retenção provisória a que se refere o subitem anterior deste artigo não poderá exceder ao limite máximo estabelecido no §3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

12.1.1. O Contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o Contrato não mais lhe oferece vantagem (art. 106, inciso III da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do Contrato, desde que

haja a intimação à Contratada pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia (art. 106, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1.3. Caso a intimação da não-continuidade do Contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O Contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta ([arts. 138, inciso I, e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração ([art. 138, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#));
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial ([art. 138, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.2. A alteração social, da finalidade ou da estrutura da empresa Contratada não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato ([art. 137, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)).

12.2.2.1. Se a alteração de que trata a subcláusula 12.2.2 implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2.3. O Contrato será extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade Contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) indenizações e multas.

12.4 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, conforme [art. 131 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), observada a Cláusula Sétima deste Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas para o pagamento do presente Contrato correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada (art. 92, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
06.101	03	126	440	7033
<b>Região/planejamento</b>	<b>Natureza da despesa</b>	<b>Destinação do recurso</b>	<b>Tipo de recurso orçamentário</b>	
7800	3.3.90.40.000	100	Normal	

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei

Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme [art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA**

16.1. Fica pactuado que os atos de comunicação processual com a Contratada poderão ser realizados por meio eletrônico, na forma do disposto na Lei nº 12.209, de 2011, e do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

16.1.1. A Contratada deverá manter atualizado o endereço eletrônico cadastrado no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, para efeito do recebimento de notificação e intimação de atos processuais, conforme Decreto estadual nº 17.983, de 24 de outubro de 2017.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)**

17.1 As partes se comprometem a cumprir a [Lei Federal nº 13.709, de 2018](#) (Lei de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), bem como regras e regulamentos que lhe forem aplicáveis e que tenham por objeto os dados pessoais tratados no âmbito do objeto contratado.

17.2 A Contratada deverá utilizar os dados pessoais recebidos em função do objeto do Contrato somente para a finalidade do objeto pactuado, não podendo, em caso algum, utilizar esses dados pessoais para finalidade distinta, sob pena de extinção imediata da contratação.

17.3 A Contratada se obriga a não armazenar, arquivar, reproduzir, transmitir, distribuir, transferir ou de qualquer forma compartilhar os dados pessoais disponibilizados pelo Contratante com terceiros, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

17.4 Em caso de incidente de vazamento de dados pessoais, a Contratada deverá enviar comunicação ao Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado a partir da ciência do vazamento, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) data e hora do incidente;
- b) data e hora da ciência pela Contratada;
- c) relação dos tipos de dados afetados pelo incidente;
- d) relação de titulares afetados pelo incidente; e
- e) indicação de medidas que estiverem sendo tomadas para sanar e mitigar o incidente, bem como reparar eventuais danos e evitar novos incidentes.

17.5 O Contratante deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

17.6 A Contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres desta Cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

17.7 Encerrado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da Contratada eliminá-

los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.8 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações sobre os dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.9 Em caso de descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Cláusula, a Contratada ficará sujeita à integral responsabilização, inclusive por perdas e danos, aplicação das sanções cabíveis e da extinção do Contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato observará o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.2 Os casos omissos serão dirimidos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), na Lei nº 14.634, de 2023, e demais normas aplicáveis.

18.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato observará o art. 183 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e o art. 67 da Lei nº 14.634, de 2023.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1 As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento que não puderem ser dirimidas por quaisquer dos meios alternativos resolução de controvérsias de que trata a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

BARBARA  
CAMARDELLI  
LOI:64434567500

Assinado de forma digital por  
BARBARA CAMARDELLI  
LOI:64434567500  
Dados: 2025.02.25 15:12:07 -03'00'

---


### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO


JEFFERSON CHOCHI  
ZEMBOVICI:0245057  
6924

Assinado de forma digital  
por JEFFERSON CHOCHI  
ZEMBOVICI:02450576924  
Dados: 2025.02.18  
14:38:48 -03'00'

---

### HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA

Documento assinado digitalmente  
 EMERSON SANTOS DA SILVA  
Data: 18/02/2025 15:30:01-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
 THALITA CARDIAL PAIVA  
Data: 18/02/2025 15:34:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

### TESTEMUNHAS

**ANEXO I**

Termo de Referência (doc. 00106220651)

**ANEXO II**

Proposta da Contratada (doc. 00106220864)

**ANEXO III**

Autorização (doc. 00106220919)

---

**Referência:** Processo nº 006.7550.2025.0001799-26

SEI nº 00106209880



TERMO DE REFERÊNCIA /HABILITAÇÃO  
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

( ) LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO (SERVIÇOS COMUNS)

(X) CONTRATAÇÃO DIRETA

Nota: assinalar a opção pertinente

(Processo Administrativo nº006.0406.2024.0090414-67)

Notas:

1. A Administração deverá escolher entre as opções indicadas em vermelho neste TR aquela que se adequa ao caso concreto, excluindo a opção que não for utilizada.
2. A Administração deverá sempre assinalar a opção pertinente "( )" ao caso concreto quando o TR apresentar opções a serem assinaladas.
3. Nas opções em vermelho eventuais inclusões neste TR devem estar restritas ao tema ali tratado, não devendo, outrossim, ser promovidas modificações quando não houver espaços destinados para tanto. Quaisquer modificações, ademais, não devem conflitar com outras disposições da minuta, devendo necessariamente ser **DESTACADAS** e **JUSTIFICADAS** nos autos, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, quando necessário.
4. A redação em preto consiste no que se espera ser invariável. Quaisquer modificações nas partes em preto devem necessariamente ser **DESTACADAS** e **JUSTIFICADAS** nos autos, sem prejuízo de eventual consulta ao órgão de assessoramento jurídico respectivo, a depender da matéria.
5. Recomenda-se indicar no processo a versão do site utilizada para elaboração da minuta ao encaminhar o feito para análise jurídica. **Essa indicação deverá constar expressamente no despacho de encaminhamento e no rodapé da minuta encaminhada.**
6. Na divulgação do EDITAL os setores responsáveis deverão excluir as "**NOTAS**" por consistirem em orientações dirigidas apenas à Administração.

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 A prestação de serviços \_\_\_\_\_, nos termos da tabela abaixo, será executada conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

Notas:

1. A justificativa para o parcelamento ou não do objeto deve constar do Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) ou no item 2 deste Termo de Referência.
2. Em licitação ou itens de valor correspondente a até R\$ 80.000,00 deve ser garantida a participação exclusiva de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (ME e EPP), conforme artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
3. Conforme o §1º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em licitação para contratação de serviços em geral, o tratamento diferenciado e favorecido a ME e EPP de que tratam os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não é aplicado ao item cujo valor estimado seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

[SERVIÇOS]

Participação [ampla/exclusiva]	Lote/Item	Código SIMPAS	Descrição	Unidade de Fornecimento (UF)	Quantitativo	Cronograma/Prazo
AMPLA	1	02.26.00.163772-0	LICENCA. de uso software de controle de frequência em nuvem pelo período de 12 (doze) meses.	Mensal	600 colaboradores	12 meses a partir da data de assinatura do contrato

fls. 1/22



AMPLA	2	04.36.00.00175830-6	Manutenção corretiva e preventiva de relógios de ponto biométricos com nobreak denominados "Prime Acesso	Mensal	07 relógios biométricos	12 meses a partir da data de assinatura do contrato
-------	---	---------------------	---	--------	----------------------------	---

**Notas:**

1. Nas licitações restritas a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, deve ser assinalada em cada item/lote "Participação exclusiva".
2. Nas licitações de ampla participação, deve ser assinalada em cada item/lote "Participação ampla".
3. Nas licitações híbridas, deverá ser indicado, em cada lote/item, a "Participação ampla" ou "Participação exclusiva", conforme o caso (art. 48, inciso III, da Lei Complementar no 123/06)].

1.1.1 As especificações para a prestação do serviço constam do(a) (  ) anexo integrante deste Termo de Referência (  ) descrição abaixo:

**Notas:**

1. Assinalar umas das opções conforme a descrição do serviço anexo do Termo de Referência ou descrito no próprio subitem 1.1.1.
2. Na hipótese de utilização de anexos, as opções em vermelho devem ser excluídas.
3. A Administração, se for o caso, deverá descrever detalhadamente, nas especificações da prestação do serviço, os métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, podendo ser incluído anexo com caderno de encargos, especificações técnicas ou documento análogo.

1.1.2 Nessa contratação **não** será exigida da contratada a realização de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

1.2 O prazo de vigência do Contrato é de **12 meses** (máximo de 5 anos), a **contar da data ( x ) da assinatura do Contrato ( ) da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS**, prorrogável até atingir o limite de 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**Nota:** utilizar essa redação quando o serviço for enquadrado como contínuo, observando-se para tanto o inciso XV do art. 6º e 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.3 O contrato apresenta maior detalhamento das regras que serão aplicadas ao prazo de vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Constitui fundamentação da contratação, da caracterização do serviço como comum e de seus quantitativos:

O sistema em questão é essencial para atender às diretrizes da Lei Estadual nº 16.417, de 16 de novembro de 2015, que exige maior rigor e transparência na gestão do controle de frequência dos servidores públicos. A continuidade deste serviço assegura a adesão aos padrões legais e regulamentares estabelecidos para a administração pública estadual. Desde sua implementação, o sistema de controle de frequência demonstrou avanços significativos na gestão do tempo e na precisão dos registros de ponto na PGE. Ele substituiu um sistema descontinuado, oferecendo:

- Eficiência nos Registros: Redução de inconsistências e erros nos dados de frequência.
- Segurança: Registros confiáveis e armazenados de forma segura.
- Apoio à Gestão: Controle eficaz de despesas, bancos de horas e gestão do quadro de pessoal.

**fls. 2/22**



Com o crescimento recente do quadro de servidores da PGE, a necessidade de um sistema robusto e escalável torna-se ainda mais premente. A capacidade do software atual de gerenciar eficientemente os registros é crucial para sustentar as operações em um ambiente de crescente complexidade.

Os dispositivos biométricos "Prime Acesso SF", integrados ao sistema, provaram ser confiáveis e precisos, contribuindo para a segurança e consistência dos registros de jornada de trabalho. A manutenção regular desses equipamentos é vital para garantir a continuidade das operações diárias e preservar a funcionalidade do sistema.

O sistema contribui diretamente para a gestão eficiente de recursos, auxiliando no controle de gastos de custeio e pessoal. A capacidade de gerenciar bancos de horas individuais também reflete em uma administração mais eficaz do tempo de trabalho.

A continuidade e manutenção do sistema de controle de frequência eletrônico, bem como dos dispositivos biométricos, são essenciais para sustentar os avanços alcançados, atender à legislação, e manter a eficiência e segurança nos registros de ponto. Dessa forma, a contratação proposta não apenas assegura a continuidade dos serviços, mas também representa um investimento na modernização e no aperfeiçoamento da gestão pública.

(...)

**Nota: utilizar essa redação nas hipóteses de licitação em que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é facultativa ou dispensada.**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

**3.1 A descrição da solução como um todo está especificada abaixo:**

(...)

3.1.2 LICENÇA, de uso software de controle de frequência em nuvem pelo período de 12 (doze) meses deve possibilitar:

3.1.2.1 Registros de entradas, saídas e intermediárias, por meio de coletores de dados de parede, aplicativo de smartphone;

3.1.2.2 Importação de arquivos texto de qualquer origem;

3.1.2.3 Possibilitar a conexão dos coletores de dados com o sistema em tempo real, em tempo não real, e pela importação das marcações em lote, em arquivos de texto com formato customizado pelo usuário final;

3.1.2.4 Possibilitar a criação de regras para inclusão de novos códigos de ocorrências, associados as ações customizadas no próprio sistema, de modo a evitar intervenções do tipo programação ou manutenção;

3.1.2.5 Dispor de mecanismos de segurança, através de senha, permitindo o acesso controlado dos usuários por telas, tabelas, menus do sistema ou outra forma equivalente;

3.1.2.6 Cada usuário devera possuir um perfil próprio, identificado por senha, o qual definira as funções que poderão ser acessadas, órgão e unidades que podem ser controlados, códigos de abono permitidos, períodos que podem ser controlados e consultados, permissão para auto abono ou auto gerenciamento;

3.1.2.7 Possibilitar o controle de todos os tipos de jornadas de trabalho, em especial, as seguintes: jornadas administrativas padrão, jornadas de plantão com, ou sem obrigatoriedade de trabalho em feriados, jornadas com controle apenas por carga horaria (com ou sem limites definidos no dia), jornadas flexíveis com horário núcleo e períodos de flexibilização, revezamentos com reconhecimento automático de permutas, marcação de refeição opcional ou obrigatória em todos os tipos de jornadas, horários flexíveis de refeição com limites definidos em todos os tipos de jornadas, tolerâncias nas marcações,

**fls. 3/22**



jornadas duplas (dois períodos de trabalho num mesmo dia); possibilitar a formação dos horários por intermédio de ciclos de jornadas, de diversos tipos, com repetição programada, mantendo, dentre outras características, as seguintes: controle completo de banco de horas, controle de períodos de compensações, controle de diversos calendários, conforme as diversas localidades dos órgãos, controle de diversos tipos de datas (normais, feriados, ponto facultativo, compensação e etc), com possibilidade de criação de tipos de datas específicas pelo usuário, sem necessidade de programações adicionais;

3.1.2.8 Realizar, dentre outras, as seguintes funcionalidades, sem necessitar de intervenções adicionais: apuração de horas normais e horas extras em dias normais; apuração de horas extras em feriados, ou dias de folga; apuração de horas extras com percentuais diferenciados; apuração de atrasos; apuração de atrasos após período de tolerância, apuração de saídas antecipadas e saídas intermediárias; apuração de intervalos intra e inter-jornadas; apuração de ausências; apuração de horas noturnas com período fixo ou de acordo com o horário realizado;

3.1.2.9 Mudança do dia as 24 horas ou em qualquer outro horário determinado pelo usuário; registro das ocorrências no dia da jornada ou nos dias em que realmente se sucederam;

3.1.2.10 Reconhecimento do dia da jornada pelo dia da entrada ou pelo dia da saída.

3.1.2.11 Determinação de períodos de afastamento integral, afastamento parcial por tempo, ou de períodos de afastamento parcial por horário;

3.1.2.12 Transformação e acumulação de ocorrências; arredondamento das horas calculadas; compensação automática dos atrasos e saídas antecipadas, com limite de ocorrências ou dentro de um determinado período; possibilitar o registro de ponto eletrônico e manual, emitindo folha de frequência para anotações dos horários manuais (via relógio de ponto).

3.1.2.13 Possibilitar a elaboração de escalas de trabalho e de regras individuais.

3.1.2.14 Possibilitar o controle de períodos de afastamentos integrais e parciais (amamentação, aviso prévio, viagens a serviço, serviço e curso externo, dentre outros);

3.1.2.15 Deverá realizar o controle de compensação de horas trabalhadas.

3.1.2.16 Deverá permitir a criação de banco de horas para controle de horas extras a compensar e de repouso, permitindo definição de qualquer período de compensação, prevendo uma ação a partir do momento em que o saldo do banco atingir o limite estabelecido (gatilho).

3.1.2.17 Deverá ter um gerador de relatórios com consultas, incorporado ao Sistema, permitindo a inclusão de variáveis a serem informadas pelo usuário em tempo de execução e a manutenção de uma biblioteca de consultas.

3.1.2.18 Permitir que o controle, o fechamento e a apuração dos dados para a Folha de Pagamento.

3.1.2.19 Permitir apuração dos dados por períodos.

3.1.2.20 Permitir que seja cadastrado um intervalo flexível de refeição para um mesmo horário.

3.1.2.21 Permitir que o fechamento da entrada de dados/abonos seja programado.

3.1.2.22 Permitir pesquisa de log da última alteração realizada de todas as ocorrências e correções de marcação.

3.1.2.23 Possibilitar a emissão da listagem, pagamento e compensação das horas cumpridas de interjornada diária e/ou semanal.

3.1.2.24 Permitir controle de acesso ao sistema de frequência por níveis hierárquicos: abrangência no banco de dados, natureza da informação (códigos de ocorrências) e natureza da operação; o usuário só poderá visualizar as funções liberadas para o seu perfil.



- 3.1.2.25 Deverá permitir a programação da importação de dados referentes as batidas de ponto e sua periodicidade.
- 3.1.2.26 Deverá permitir a programação da execução automática de atividades periódicas da operação do sistema: geração de ocorrências, emissão de relatórios, integração com a folha.
- 3.1.2.27 Permitir o controle, automático e/ou manual, de compensação de horário de trabalho.
- 3.1.2.28 Para os horários de trabalho compreendidos entre 22 e 05 horas deverá ser observado o art. 91 da Lei Estadual da Bahia nº 6.667 de 26 de setembro de 1994;
- 3.1.2.29 Permitir cadastrar horários administrativos e de escalas de revezamento;
- 3.1.2.30 Permitir jornada de trabalho dupla;
- 3.1.2.31 Permitir o estabelecimento de horário de refeição opcional ou obrigatório, pagando horas extras para o horário de refeição não usufruído;
- 3.1.2.32 Ter a função de calendário para programação de feriados nacionais e que permita o cadastramento dos feriados por localidade;
- 3.1.2.33 Permitir a apuração do índice de absenteísmo, emitindo relatórios;
- 3.1.2.34 Permitir a troca de horários individuais e coletivos, diários ou por períodos, emitindo relatórios;
- 3.1.2.35 Ter a função de conceder folga ou pagamento de repouso, no período de apuração da frequência ou em período posterior, para os empregados que trabalham em escala de revezamento e que estejam de folga no dia de feriado nacional, exceto o feriado que recair no domingo;
- 3.1.2.36 Possibilitar a emissão de relatório do controle dos pagamentos e das folgas concedidas relacionando a que feriado refere-se;
- 3.1.2.37 Ter a função de conceder folga ou pagamento de repouso, no período de apuração da frequência ou em período posterior, para os empregados que trabalham em escala de revezamento e que estejam escaladas para trabalhar em dia de feriado (nacionais e locais), criando banco de horas específico para controle do saldo de repouso;
- 3.1.2.38 Possibilitar a emissão de relatório com os horários de revezamento cumprido, individual, coletivo ou por setor;
- 3.1.2.39 Possibilitar a emissão do Quadro de Horário conforme legislação vigente, das escalas cadastradas;
- 3.1.2.40 Permitir o pagamento de horas de repouso para os empregados que estejam em viagem a serviço e cujo dia do embarque ou do retorno coincida com dia de folga, sábado, domingo ou feriado, emitindo relatório;
- 3.1.2.41 Permitir a apuração das horas extras normais diurnas e noturnas com acréscimo de 60% (segunda a sexta-feira) e 100% (dias de folga, sábados e domingos) e repouso remunerado (feriados e pontos facultativos), para empregado administrativo até carga horaria e horas extras a 100% das horas excedentes. E que este parâmetro seja flexível de forma a permitir que o usuário normativo possa alterar a base de cálculo;
- 3.1.2.42 Possibilitar a emissão de relatório de crítica para os empregados que realizarem horas extras e que tenha sido autorizado o pagamento de mais de 48 horas;
- 3.1.2.43 Possibilidade de emitir relatório de crítica para os empregados que realizarem mais de duas horas extras diárias;
- 3.1.2.44 Devera criar banco de horas para o controle de saldo das horas extras compensadas, descontando saldo negativo e permitindo a transformação para pagamentos futuros;



- 3.1.2.45 Possibilitar os registros de horas extras nos informados para pagamento e nem para compensação gerar crítica e, quando do fechamento do período de apuração, guardar esses registros para pagamentos ou compensações futuras;
- 3.1.2.46 Possibilitar a emissão de relatório dos registros de horas extras com mais de 02 horas diárias, por empregado, informando matrícula, nome, lotação e a data da realização das horas extras, para concessão de alimentação;
- 3.1.2.47 Possibilitar a emissão de relatório dos registros de horas extras, por empregado, separando da seguinte forma: horas extras realizadas de segunda a sexta-feira, sábados, domingos, feriados, ponto facultativo e dia sem expediente, horas extras realizadas pelos empregados de escala de revezamento, identificando os dias de folga, informando matrícula, nome, lotação e a data da realização das horas extras;
- 3.1.2.48 Permitir apuração da frequência de períodos futuros para cálculo das verbas rescisórias, por motivo de demissão;
- 3.1.2.49 Permitir apuração da frequência a qualquer tempo, dentro do período de apuração, individual e coletiva;
- 3.1.2.50 Permitir a definição do computo ou não das horas trabalhadas para os códigos de abonos e afastamento (a ser definido pelo CONTRATANTE);
- 3.1.2.51 Permitir incluir ocorrência para pagamento, descontos ou cadastro dos empregados que não efetuarem a marcação de ponto eletrônico;
- 3.1.2.52 Permitir consultar as apurações de períodos encerrados;
- 3.1.2.53 Deverá conter rotinas de limpeza das ocorrências inativas ou não do banco de horas, dentro de um período informado, evitando-se assim registros que não sejam mais necessários;
- 3.1.2.54 Devera possuir modulo, rotina ou relatório de estatística sobre os dados de frequência, com utilização de demonstrativos gráficos e sumarizados destes dados;
- 3.1.2.55 Ter função de apuração do ponto para empregados, terceiros e parceiros, podendo ser efetuado de forma individual, coletiva ou por lote de colaboradores;
- 3.1.2.56 Possibilidade de abono de ponto de forma descentralizada;
- 3.1.2.57 Geração de eventos do tipo hora, valor ou quantidade para sistemas de folha de pagamento utilizado pelo Setor responsável por recursos humanos;
- 3.1.2.58 Geração simulada e cálculo de projeção de horas para pagamento;
- 3.1.2.59 Ter a função de cálculo diferenciado para mensalistas, horistas, diaristas e tarefeiros;
- 4.1.60 Ter a função de cálculo do DSR e da perda do DSR, tanto diurno como noturno;
- 4.1.61 Utilização de regras, permitindo uma adequação do cálculo as necessidades da empresa;
- 3.1.2.62 Possibilitar a consulta de pessoas ausentes e presentes;
- 3.1.2.63 Ter função de notificar por e-mail as ocorrências que devem ser tratadas manualmente, por exemplo, as chefias recebem mensagens com as horas extras realizadas nos seus setores e os colaboradores recebem mensagens solicitando a justificativa de suas ocorrências. Os e-mails deverão ser gerados e disparados pelo sistema;
- 3.1.2.64 Permitir que o usuário possa visualizar o ponto, justificar e abonar ocorrências, corrigir marcações, recalcular ocorrências e consultar todas as informações cadastrais e as regras aplicadas ao colaborador;
- 3.1.2.65 Ter a função de tratar os crachás provisórios com período de validade e expiração automática logo após o uso do crachá definitivo, mesmo se esta ocorrer antes da data de expiração prevista;

**fls. 6/22**



- 3.1.2.66 Possibilitar a inclusão de novos campos no cadastro de colaboradores, sem programação pelo usuário final;
- 3.1.2.67 Possibilitar a inclusão de novas tabelas de validação, sem programação pelo usuário final;
- 3.1.2.68 Permitir pesquisar servidores utilizando nome, matrícula ou departamento; Permitir operação em ambiente Web para as seguintes funções: abonos, consultas, justificativas, emissão de relatórios e a troca de escalas e de afastamentos via browser;
- 3.1.2.69 Não ter limite de armazenamento das seguintes informações: funcionários, terceiros, períodos de afastamento por funcionário, departamentos, coletores de dados, escalas por funcionário, verbas de pagamento, crachás provisórios e senhas de acesso;
- 3.1.2.70 Armazenar, no mínimo, os seguintes volumes de informações: 50 marcações por dia por colaborador, 50 calendários, 50 ocorrências por dia por colaborador, 200 filiais, 50 compensações, até 10 jornadas alternativas por dia (permutas), 50 acumuladores de composição de códigos de ocorrências, 50 tipos de pagamentos (mensalistas, horistas, tarefeiros, etc.), 200 jornadas de trabalho, 200 tabelas de horário, 100 ciclos de jornadas;
- 3.1.2.71 Permitir a exportação e importação de dados para planilhas eletrônicas;
- 3.1.2.72 O sistema deverá operar nas suas funções principais em rede TCP/IP e deverá ter acesso via Internet/Intranet;
- 3.1.2.73 O sistema deverá permitir implementar menu configurável pelo usuário e estar disponível para a Língua Portuguesa, falada no Brasil;
- 3.1.2.74 O sistema deverá permitir personalizar, sem necessidade de programação, os nomes dos principais campos do sistema, a fim de manter padronização com a nomenclatura utilizada pela CONTRATANTE, tais como: funcionários, órgãos, etc.; O sistema deverá possuir módulos gráficos e estatísticos para recuperação das informações do banco de dados;
- 3.1.2.75 Log completo de banco de dados, registrado no banco, e para as funções de abono e correção de marcação, o próprio sistema deverá controlar o log, numa tabela interna;
- 3.1.2.76 Em relação as ferramentas para extração de informações: criação de relatórios mediante parâmetros atribuídos, criação de arquivos mediante parâmetros atribuídos, definição de classificações e totalizações mediante parâmetros e definição de cronogramas de emissão de relatórios com periodicidade associada a rotinas temporais;
- 3.1.2.77 O sistema deve ser na versão em nuvem (cloud), com possibilidade de cadastro de até 600 funcionários; comunicação integrada com relógio ponto, com envio de biometrias e coleta de registro automática; plataforma 100 por cento WEB com instalação única, acessos simultâneos, fácil atualização de versões e visualização do espelho ponto em tempo real; possuir versão para dispositivos móveis; inclusão de Ponto por perímetro; Aplicativo com geolocalização O sistema deve ser multiusuário, atender a legislação vigente, permitir associar a todos os usuários seu respectivo e-mail e possuir arquivos de Help On-Line.
- 3.1.2.78 O sistema deverá possibilitar a assinatura do espelho de ponto pelo colaborador para que o mesmo possa validar as informações contidas.
- 3.1.2.79 O sistema deverá permitir a parametrização do banco de horas para que os créditos de horas, decorrentes da necessidade do serviço, computados ao final de cada mês, poderão ser compensados nos 30 (trinta) dias subsequentes.
- 3.1.2.80 Na falta de registro no início ou fim do intervalo intrajornada, serão registradas 03 (três) horas como débito na jornada diária.



### 3.1.3 Manutenção corretiva e preventiva de relógios de acesso biométricos denominados "Prime Acesso FC"

- 3.1.3.1 A manutenção preventiva e corretiva dos relógio de acesso biométrico com nobreak, marca "Prime Acesso SF" consiste na limpeza, revisão, configuração e ajuste dos equipamentos que os compõe, bem como a substituição de peças quando necessário;
- 3.1.3.2 A manutenção preventiva e corretiva se estende aos nobreak dos relógios de acesso biométrico marca "Prime Acesso SF";
- 3.1.3.3 Os serviços de manutenção terão abrangência em todos os equipamentos e periféricos associados ao relógios de acesso biométrico marca "Prime Acesso SF" bem como seu nobreak.
- 3.1.3.4 As atividades de manutenção corretiva compreendem a realização de ações de substituição de partes e peças, restabelecimento e adequação dos equipamentos tendo como objetivo o pleno funcionamento dos relógio de acesso biométrico, marca "Prime Acesso SF" e do nobreak do equipamento;
- 3.1.3.5 Assim que receber a solicitação de atendimento, é responsabilidade da CONTRATADA realizar a correta alocação dos técnicos, assim como fornecer as informações necessárias para Monitoramento das atividades em execução e esclarecimento de qualquer dúvida relativa ao processo;
- 3.1.3.6 O objetivo da manutenção preventiva é checar o estado dos equipamentos, detectar e mitigar possíveis riscos, devendo ter periodicidade de 05 meses, totalizando 02 preventivas anuais.
- 3.1.3.6 A manutenção corretiva será limitada até 07 (sete) manutenções corretivas anuais com manutenção de peça.
- 3.1.3.7 A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais que se fizerem necessários aos serviços de manutenção preventiva, sem cobranças adicionais, sempre que ocorrerem desgastes provocados pelo uso normal dos equipamentos.
- 3.1.3.8 ACONTRATADA assume a responsabilidade de suportar os custos decorrentes de substituições de peças, caso haja necessidade, decorrentes do uso normal dos equipamentos, durante o período contratual.

**Nota: utilizar essa redação nas hipóteses em que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é facultativa ou dispensada.**

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Devem ser atendidos os seguintes os critérios de sustentabilidade:

A empresa contratada deverá comprometer-se e adotar uma abordagem proativa para sustentabilidade ambiental, assegurando esforços de mitigação das mudanças climáticas promovendo práticas empresariais responsáveis

### 4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 A Administração **não** indicará marca(s), característica(s) ou modelo(s).

**Nota: marca e similaridade - excepcionalmente será permitida a indicação de uma ou mais marcas ou modelos, desde que justificada tecnicamente no processo, nas hipóteses descritas no art. 41, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021.**

**Nota: embora a contratação seja de serviços, é possível que a Administração vede o emprego de marca ou produto de bens empregados em sua execução, com base em experiência pretérita, registrada em processo administrativo, conforme art. 41, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

### 4.3 Exame de conformidade, prova de conceito e outros testes

4.3.1 Não será exigido(a) exame de conformidade, prova de conceito ou outro(s) teste(s).

**Nota: somente admitir em casos em que seja imprescindível (arts. 17, §3º, 41, inciso II, e 42, §2º, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

fls. 8/22



#### 4.4 Vistoria

##### 4.4.1 Não será exigida a realização de vistoria prévia.

**Nota:** é assegurado ao licitante o direito de realizar vistoria prévia no local de execução do serviço sempre que o órgão ou entidade contratante considerar essa avaliação imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado (art. 63, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

#### 4.5 Subcontratação

##### 4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Nota:** a subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações do Estudo Técnico Preliminar, em cada caso concreto.

#### 4.6 Garantia da contratação

**Nota:** a Administração deverá justificar no processo administrativo correspondente a exigência, ou não, da garantia de contratação de que trata o art. 96 da Lei federal nº 14.133/2021.

**OU**

4.6.1 Será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no **percentual de 5 % (cinco por cento) do valor inicial** contratual, podendo recair sobre qualquer das modalidades indicadas no §1º do referido art. 96, observando-se, ainda, o disposto nesse subitem 4.6.

**Notas:** utilizar essa redação quando houver a disponibilização de bens de propriedade da Administração para a contratada em razão da execução do serviço, hipótese em que deverão ser especificados quais serão esses bens e os seus respectivos valores.

4.6.1.1 A garantia na modalidade caução em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.

4.6.1.2 Para garantia na modalidade títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia (art. 96, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.1.3 Para garantia na modalidade fiança bancária, esta deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

4.6.1.4 Na hipótese de opção pela modalidade caução em dinheiro, títulos da dívida pública ou fiança bancária, a prova da garantia, sob pena da caracterização de inadimplemento contratual, deverá ser apresentada no **prazo de 30 (trinta) dias, após ( ) autorização da contratação direta ( x ) assinatura do contrato.**

4.6.1.5 A garantia na modalidade seguro garantia deverá ser prestada em **até 30 (trinta) dias**, contados da data da homologação da licitação e anteriormente à assinatura do contrato (art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**Nota:** o prazo a ser fixado deverá ser de, no mínimo, 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação (art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.1.5.1 Na hipótese de contratação direta, a garantia na modalidade seguro garantia deverá ser prestada anteriormente à assinatura do contrato.

fls. 9/22



4.6.1.5.2 Na modalidade de seguro garantia, a apólice vigorará **por 60 (sessenta) dias** após o término da vigência do contrato e continuará em vigor mesmo que a contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia (art. 97, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**Nota: a Administração deverá adotar prazo razoável para vigência da apólice, objetivando a verificação do total adimplemento do Contrato antes da liberação da garantia.**

4.6.1.5.3 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.6.1.5.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no subitem 4.6.1.8 (art. 97, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.1.5.5 Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos da regulamentação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, devendo esta cláusula constar expressamente da apólice sob pena de não aceitação da garantia.

4.6.1.6 No caso das modalidades seguro garantia ou fiança bancária, não será admitida a existência



de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador.

4.6.1.7 Caso utilizada outra modalidade de garantia diversa do seguro garantia, a sua liberação ou restituição somente ocorrerá após a fiel execução do contrato ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.6.1.8 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do Contratante, a contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo Contratante.

4.6.1.9 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, somente será aceita se, observada a legislação que rege a matéria, contemplar o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, bem como de multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento, independentemente de outras cominações legais.

4.6.1.10 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a contratação.

4.6.1.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no mesmo prazo estabelecido para comprovação da garantia originária.

4.6.1.12 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.6.1.13 O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser intimado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.6.1.14 A liberação ou restituição da garantia ocorrerá após o recebimento definitivo da totalidade do objeto do contrato, com a demonstração de cumprimento, pela contratada, das obrigações pactuadas.

4.6.1.15 O garantidor não é parte em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.6.1.16 A contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.6.1.17 Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, a contratação contempla a garantia de que trata o art. 26 do CDC, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

4.6.1.17 A garantia de contratação é independente de garantia do serviço prevista especificamente neste Termo de Referência, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1 Regime de execução

5.1.1 A execução do objeto se dará da seguinte forma:

5.1.1.1 Início da execução do objeto: **a contar da data ( x ) da assinatura do Contrato ( ) da subscrição da Autorização de Prestação de Serviços – APS.**

5.1.1.2 Cronograma de realização dos serviços Os eventuais serviços prestados nas instalações da PGE serão executados no horário de expediente da Procuradoria, ou seja, de 08h30 às 12h00 e 13h30 às 18h00. Em caso de necessidade da CONTRATANTE, estes horários poderão ser alterados mediante

acordo prévio com a CONTRATADA; **Notas:**

- 1. Recomenda-se que seja inserida data de início e data de fim de cada etapa para que fique clara a ocorrência de eventuais atrasos.**
- 2. As referências entre parênteses no subitem 5.1.1.2 são meramente exemplificativas.**

### 5.2 Local da prestação dos serviços

5.1.1 Os serviços serão prestados no(s) seguinte(s) local(is) nas instalações da CONTRATADA, sempre respeitando as metodologias, procedimentos, práticas e normas internas da PGE.\_

fls. 11/22



### 5.3 Materiais a serem disponibilizados

5.3.1 Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes e adequadas.

**Nota:** utilizar essa redação quando não houver necessidade de detalhamento dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a prestação do serviço.

### 5.4 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.4.1 As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam deste Termo de Referência.

5.4.2 O licitante deverá anexar junto à sua proposta de preços declaração de elaboração independente de proposta e de inexistência de impedimento à participação no certame, conforme modelo integrante deste Termo de Referência.

**Nota:** a Administração deverá utilizar essa opção de redação apenas quando houver outras informações relevantes ausentes no Termo de Referência e que impactarão no dimensionamento da proposta do licitante. Caso não existam, o subitem 5.4.3 deverá ser excluído.

### 5.5 Especificação da garantia técnica do serviço

5.5.1 O prazo legal de garantia técnica será de **30 (trinta) dias**, tratando-se de prestação de serviço não durável, e de **90 (noventa) dias**, tratando-se de prestação de serviço durável (art. 26, incisos I e II do CDC).

**Nota:** utilizar essa redação quando não houver necessidade de acréscimo de garantia.

5.5.2 O termo de garantia ou equivalente deve ser padronizado e esclarecer de maneira adequada e clara:

- a) em que consiste a garantia;
- b) a forma, o prazo e o lugar em que pode ser executada;
- c) os ônus a cargo do contratante da garantia.

5.5.3 O termo de que trata o subitem anterior deverá ser entregue pela contratada, devidamente preenchido, no ato do fornecimento do serviço, acompanhado de manual de instrução e, quando for o caso, do manual de instalação e uso do produto, em linguagem didática e com ilustrações (art. 50, parágrafo único do CDC).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e da Lei estadual nº 14.634, de 2023, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.2.1 O impedimento a que se refere o subitem anterior, total ou parcial, da execução do contrato por fato ou ato de terceiro, deve ser reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagem eletrônica por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.6 Compete ao(s) fiscal(is) do contrato ou ao(s) seu(s) substituto(s):

**fls. 12/22**



- a) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
  - b) emitir notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, quando identificar qualquer inexatidão ou irregularidade;
  - c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
  - d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
  - e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
  - f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
  - g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, data(s) do término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
  - h) acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário; e
  - i) atuar tempestivamente na solução do problema, caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, reportando o fato ao gestor do contrato para que adote as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.6.1 Sem prejuízo das obrigações de que tratam os demais subitens deste item 6, o fiscal do contrato deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e identificar possível razão que, nos termos dos §§4º e 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 48 da Lei nº 14.634, de 2023, impeça a contratada de licitar e contratar.
- 6.6.1.1 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua intimação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua justificativa.
  - 6.6.1.2 O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, **por até 5 (cinco) dias úteis**, a critério do Contratante.
  - 6.6.1.3 Não havendo regularização ou não aceita a justificativa apresentada, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à apuração dos fatos nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.7 Compete ao gestor do contrato ou ao seu substituto:
- a) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;
  - b) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
  - c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
  - d) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
  - e) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;



f) adotar providências para a formalização de processo administrativo sancionatório para fins de aplicação de sanções.

## 7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

### Notas:

1. Nas contratações de prestação de serviços, a Administração deve adotar, sempre que possível, unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada em conformidade com o "princípio constitucional explícito da eficiência, bem como no princípio implícito da economicidade, e, ainda, segundo os princípios da legalidade e da moralidade dos gastos públicos" (TCU, Acórdão nº 1.215/2009, Plenário).
2. Faz-se necessário a elaboração de um instrumento que permita definir bases objetivas para exercício de controle da qualidade do objeto executado, permitindo à Administração promover as adequações de pagamento devidas no caso de não se verificar o atendimento das metas estabelecidas.

### 7.1 Avaliação da Execução

7.1.1 A avaliação da execução do objeto será realizada antes do seu recebimento, na forma descrita no subitem 7.2 deste Termo de Referência.

**Nota: cite-se, como exemplo de instrumento de medição de resultado, nos termos do art. 144 da Lei Federal nº 14.133/2021, o Acordo de Nível de Serviço (ANS).**

### 7.2 Recebimento do Objeto

7.2.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no **prazo de 5 (cinco) dias**, pelo(s) fiscal(is) do contrato, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (art. 140, inciso I, "a" da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.2.1.1 O prazo de que trata o subitem anterior será contado do recebimento de comunicação escrita da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.2.2 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o(s) fiscal(is) do contrato deverá emitir relatório sobre o efetivo cumprimento das obrigações da contratada e, se for o caso, apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, analisar o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, encaminhando-o ao gestor do contrato.

7.2.2.1 A análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços referida no subitem anterior poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, circunstância que deverá ser registrada pelo(s) fiscal(is) em relatório(s) a ser encaminhado ao gestor do Contrato.

7.2.2.2 A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados (art. 119 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.2.2.3 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas durante o recebimento provisório.

7.2.2.4 O recebimento provisório estará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

**Nota: nos termos do art. 140, §4º, da Lei Federal 14.133/21, salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta da contratada**

7.2.2.5 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades. (art. 140, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.2.3 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado de recebimento provisório deverá conter o registro, a análise e a conclusão sobre todas as ocorrências na execução do Contrato, acompanhado dos demais documentos que julgar necessários, encaminhando-o ao servidor ou comissão designada pela autoridade competente para recebimento definitivo.

7.2.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no **prazo de 10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da

fls. 14/22



qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos (art. 140, inciso I, "b" da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) emissão de documento comprobatório da avaliação realizada pelo(s) fiscal(is) sobre o cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- b) análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicação das cláusulas contratuais correspondentes, solicitando à contratada por escrito, as respectivas correções;
- c) emissão de termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços, com base nos relatórios elaborados e documentações apresentadas;
- d) comunicação à contratada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- e) envio da documentação correspondente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão; e
- f) no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a contratada deverá ser comunicada para emissão de nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) relativamente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento (art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.2.5 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s).

7.2.6 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do Contrato (art. 140, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

**Notas:**

**1. A Lei Federal nº 14.133/21 não trouxe prazo máximo de recebimento provisório e definitivo, de modo que é possível definição, pela Administração, de prazo considerado razoável à vista do vulto e complexidade envolvidos.**

**2. Recomenda-se que o prazo seja dimensionado para que corresponda ao período razoável à checagem necessária, sem que traga um ônus excessivo que venha a afastar potenciais interessados.**

### 7.3 Liquidação

7.3.1 Recebida(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), a Administração, no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por até **7 (sete) dias úteis**, adotará, na forma desse subitem, as providências para fins de liquidação da despesa.

7.3.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) apresentado(s) pela contratada expressa(m) os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) o prazo de validade; b) a data da emissão; c) os dados do Contrato e do Contratante; d) o período respectivo de execução do Contrato; e) o valor a pagar; e f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3.3 Havendo erro na apresentação da(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s), ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus para o Contratante;

7.3.4 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ão) ser obrigatoriamente acompanhado(s) da comprovação da regularidade fiscal da contratada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação de habilitação fiscal, social e trabalhista, na forma exigida neste Termo de Referência;

### 7.4 Prazo para pagamento

7.4.1 O pagamento será efetuado no **prazo de 10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme subitem anterior.

fls. 15/22



**Nota: a Administração, na definição do prazo de liquidação, deverá observar as disposições do inciso IV do §2º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

7.4.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços - INPC do IBGE, pro rata tempore.

## **7.5 Forma de pagamento**

7.5.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou crédito em conta da contratada aberta em instituição financeira contratada pelo Estado da Bahia.

7.5.1.1 Optando a contratada por receber os créditos em instituição financeira diversa da indicada neste subitem anterior, deverá arcar com os custos de transferências bancárias, os quais serão deduzidos dos pagamentos devidos.

7.5.2 A(s) nota(s) fiscal(is) ou instrumento(s) de cobrança equivalente(s) deverá(ao) atender as exigências legais pertinentes aos tributos e encargos relacionados com a obrigação, inclusive os destaques necessários às retenções tributárias previstas em lei, e, as situações específicas, à adoção da forma eletrônica.

7.5.3 Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta de preço, serão retidos na fonte, por ocasião da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente, quando houver incidência tributária.

7.5.4 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, estando o pagamento condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Nota: a natureza do contrato e o objeto da contratação determinarão a retenção tributária eventualmente cabível, bem como a possibilidade de a contratada se beneficiar da condição de optante do Simples Nacional, dentre outras questões de caráter tributário.**

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO**

### **8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1 O prestador de serviço será selecionado por meio de processo de:

( x ) Contratação direta

( ) Licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento ( ) menor preço ( ) maior desconto.

### **8.2 Exigências de habilitação**

8.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.2.1.1 Habilitação jurídica**

##### **8.2.1.1.1 Para Pessoas Jurídicas:**

- a) empresário individual: inscrição no registro público de empresas mercantis;
- b) microempreendedor individual – MEI: certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;
- c) sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- d) sociedades simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.

**fls. 16/22**



e) empresa ou sociedade estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, observando-se a Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, quando a atividade assim o exigir.

f) filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Nota: o órgão ou entidade deverá analisar, antes da divulgação do edital ou antes de concluir as providências legais para a contratação direta, se a atividade relativa ao objeto a ser contratado exige registro ou autorização para funcionamento por força de previsão normativa. Em caso positivo, deverão ser especificados os documentos a serem apresentados, o órgão competente para expedir-lo e o respectivo fundamento legal (art. 66 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

8.2.1.1.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 8.2.1.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes ( ) Estadual/Distrital ( ) Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do prestador de serviço, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**Nota: a Administração deverá assinalar a opção de inscrição no cadastro de contribuintes correspondente à natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação. Caso a natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação exijam inscrição estadual/Distrital e municipal/distrital, as duas opções devem ser assinaladas.**

c) prova de regularidade com a Fazenda ( ) Estadual/Distrital ( ) Municipal/Distrital do domicílio ou sede do prestador de serviço, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**Nota: a Administração deverá assinalar a opção regularidade com a Fazenda correspondente à natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação. Caso natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação exijam inscrição estadual/Distrital e municipal/distrital, as duas opções devem ser assinaladas.**

c.1) Caso o licitante seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

e) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) em se tratando de contratação direta, prova de regularidade com a Fazenda do Estado da Bahia, ou o compromisso de sua regularização e sua efetiva realização, como condição para celebração do contrato, nos termos do art. 65 da Lei estadual nº 14.634, de 2023.

**Nota: a prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal e a prova de regularidade fiscal correspondente devem levar em conta a natureza da atividade objeto da contratação e o âmbito da tributação (tratando-se de serviços em geral, incide o ISS, tributo de competência municipal, ao passo que, para aquisições, incide o ICMS, tributo de competência estadual).**

fls. 17/22



8.2.1.2.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.2.1.2.2 O prestador de serviço enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Nota: a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.**

### 8.2.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação ou da contratação direta, caso o documento não consigne prazo de validade;
- b) índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**Liquidez Geral (LG)** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

**Solvência Geral (SG)** = (Ativo Total)/(Passivo Circulante + Passivo não Circulante)

**Liquidez Corrente (LC)** = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)

- b.1) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

**Nota: a comprovação do patrimônio líquido mínimo de que trata o subitem "b.1" deverá ser feita considerando, como base de cálculo, o valor estimado da contratação fixado pela Administração e não o valor final da proposta apresentada pelo licitante.**

- b.1.1) Na hipótese de licitação por lotes, o patrimônio líquido exigível será calculado em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.
- b.2) O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício, caso a pessoa jurídica tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- b.3) O balanço patrimonial e demonstrações contábeis podem ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b.4) O licitante apresentará o balanço patrimonial e demonstração de resultado mediante, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação, cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde eles foram transcritos, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial; emissão extraída do Sistema Público de Escrituração Digital –SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação.

fls. 18/22



b.5) O atendimento dos índices econômicos previstos neste subitem será atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor (art. 69, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.2.1.3.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade econômico-financeira do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

**Nota: ajustar o percentual ao caso concreto que deverá ser  $\geq 10\%$  e  $\leq 30\%$  (art. 15, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)**

#### 8.2.1.4 Qualificação Técnica

a) certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem **capacidade operacional** na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou da parcela de serviço indicada pela Administração, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

a.1) tratando-se de serviços contínuos, deverá haver a comprovação da experiência mínima de **3 (três) anos** na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

**Nota: conforme o §5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo de que trata o subitem a.1 não pode ser superior a 3 (três) anos.**

a.2) Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do serviço cuja subcontratação foi expressamente autorizada no subitem 4.5.

**Nota: utilizar essa redação quando for permitida a subcontratação para aspectos técnicos específicos do serviço, hipótese em que poderá ser admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto licitado, conforme art. 67, §9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

a.3) Na hipótese de licitação por lotes, a demonstração de que trata esse item a) deverá ser feita em função da soma de tantos quantos forem os lotes em que a interessada tenha apresentado as melhores ofertas.

b) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação ou da contratação direta, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

c) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e, quando exigido, das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação ou da contratação direta, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

c.1) Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no item c) por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

**Nota: utilizar essa redação quando o serviço a ser contratada exigir a demonstração de qualificação técnico-profissional por meio da apresentação de profissional, conforme os requisitos definidos no inciso I do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.**

8.2.1.4.1 Na licitação por lotes, quando for atingido o limite da capacidade técnica do licitante, esta será declarada inabilitada para o(s) lote(s) subsequentes, observada a ordem

fls. 19/22



sequencial dos lotes constante do instrumento convocatório, sendo vedada a escolha, pelo licitante, dos lotes para os quais deseja a habilitação.

8.2.1.4.2 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

- a) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;
- b) caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações ou contratações diretas destinadas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

8.2.1.4.2.1 Na hipótese do subitem 8.2.1.4.2, para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

8.2.1.4.3 O prestador de serviço disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.2.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.2.3 Regras acerca da participação de matriz e filial:

- a) se o licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;
- c) a comprovação de capacidade operacional para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação ou da contratação direta poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;
- d) se o licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação e qualificação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

8.2.4 Regras acerca da participação de consórcio:

- a) a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;
- b) Na hipótese de o consórcio não ser formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, para fins de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo no percentual de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

fls. 20/22



8.2.5 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS poderá substituir os documentos de habilitação, na forma indicada neste Termo de Referência.

8.2.5.1 Caso conste do registro algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto aos demais documentos de habilitação.

8.2.5.2 A substituição dos documentos está condicionada à verificação da regularidade destes, mediante a emissão do extrato do fornecedor pela Administração.

8.2.5.3 O Certificado de Registro Cadastral-CRC ou Certificado de Registro Simplificado-CRS, estando no prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à habilitação constantes do sistema, exceto os concernentes à Qualificação Técnica.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado total da contratação é de R\$ 20.368,00, conforme planilha de quantitativos e preços unitários e global ( ) abaixo ( ) em anexo, os quais correspondem **ao critério máximo de aceitabilidade dos preços unitários e global.**

LOTE/ITEM	Código SIMPAS	Descrição	Quantitativo	Cronograma/prazo	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO GLOBAL	DEGRAU
1	02.26.00.163772-0	LICENCA, de uso software de controle de frequência em nuvem pelo período de 12 (doze) meses.	600	12	R\$	R\$10.408,00	0,01
2	04.36.00.00175830-6	Manutenção corretiva e preventiva de relógios de ponto biométricos com nobreak denominados "Prime Acesso FC"	07	12	R\$	R\$ 9.960,00	0,01
Valor estimado Total						20.368,00	

### Notas:

- Utilizar essa redação para o critério de julgamento menor preço. 2. Caso a planilha seja extensa, pode-se fazer uso de tabela anexa.
- É obrigatório fixar o degrau de valor qualquer que seja o modo de disputa.
- O degrau de valor deve ser fixado para cada item/lote em disputa.
- Na hipótese de contratação direta a coluna referente a "degrau" deve ser suprimida.

9.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e a sua alocação entre contratante e contratada, quando elaborada matriz de riscos.

**Nota: Em caso de utilização de matriz de alocação de risco, o custo estimado da contratação deve levar em consideração o conjunto de riscos alocados à contratada, o que naturalmente implicará elevação no custo da contratação (art. 22, caput, e art. 103, §3º, todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas para o pagamento da presente contratação correrão à conta de recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade FIPLAN	Função	Subfunção	Programa	P/A/OE
06.101	03	126	440	7033
Região/planejamento	Natureza da despesa	Destinação do recurso	Tipo de recurso orçamentário	
7800	3.3.90.40.0000	1.500.0.100.000000.00.00.00	Normal	

**Nota: Conforme o art. 106, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, nas hipóteses de serviços contínuos, "a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção".**

fls. 21/22



10.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. ANEXOS E MODELOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1 Vinculam-se a este Termo de Referência, independentemente de transcrição (art. 92, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) Estudo Técnico Preliminar, quando cabível;
- b) Especificações da prestação do serviço, quando não descritas no próprio corpo deste Termo de Referência;
- c) Modelo de descrição da proposta de preço e de declaração de elaboração independente de proposta;
- d) Modelo de prova de capacidade operacional;
- e) Modelo de declaração de ciência das condições de realização do objeto da licitação/contratação direta.

Salvador 09 de Dezembro de 2024

LUCIMARIO RAMOS

OLIVEIRA:03519187523

Assinado de forma digital por LUCIMARIO  
RAMOS OLIVEIRA:03519187523  
Dados: 2024.12.09 23:46:28 -03'00'

Lucimário

Ramos Oliveira

monitor de ponto  
garantia  
flexibilidade  
parceria  
conquista  
resistência  
ética  
design  
nacionalidade  
pontualidade  
acesso  
inovação  
criativ  
amizade  
desenvolvimento  
customização  
satisfação

**HENRY**  
www.henry.com.br

Pinhais , 05/12/2024

À PGE BA – Contrato de Manutenção para controle e gerenciamento de ponto

A/C: Sr. Lucimário

A empresa HENRY Equipamentos agradece a oportunidade de apresentar proposta comercial para contrato de manutenção com : Manutenções preventivas, corretivas (com troca de peças) e locação anual de licença de software para gerenciamento.

Estamos à disposição para os esclarecimentos adicionais e negociações que se fizerem necessários através de nosso telefone ou e-mail.

**Nome:** Henry Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda  
**Endereço:** Rua General Lucas de Almeida Guimarães, 211  
**Bairro:** Estância Pinhais  
**Cidade:** Pinhais  
**Estado:** Paraná  
**CEP:** 83.323-130  
**Telefone/ Fax:** (41) 3661 – 0100  
**CNPJ:** 01.245.055/0001-24

Cordialmente,

**Juliana Prestupa**

Negócios Corporativos  
HENRY Equipamentos Eletrônicos e Sistemas Ltda.  
Email: [dnc10@henry.com.br](mailto:dnc10@henry.com.br)  
WebSite: [www.henry.com.br](http://www.henry.com.br)  
Fone: + 55 (41) 3661- 0100 Ramal: 0143- 41 9 9969-0307

JEFFERSON  
CHOCHI  
ZEMBOVICI:0  
2450576924

Assinado de forma digital por JEFFERSON CHOCHI  
ZEMBOVICI:02450576924  
Dados: 2024.12.06 08:58:52 -03'00'

## 1. Contrato de Manutenções corretivas (com troca de peças) ,preventivas , atualização de software de gerenciamento.

Item	Código Simpas	Descrição	Quantitativo	Prazo	Preço unitário	Preço global
01	02.26.00.163772-0	<b>LICENCA de uso software de controle de frequência em nuvem pelo período de 12(doze) meses</b>	600 colaboradores	12 meses	R\$ 778,00	R\$ 9.336,00
02	04.36.00.00175830-6	<b>Manutenção corretiva e preventiva dos relógios de pontos biométricos denominados Primmes SF Acessos.</b>	07 relógios	12 meses	R\$ 742,00 sendo R\$ 106,00 por equipamento mensal.	R\$ 8.904,00

**Valor total : R\$ 18.240,00. Observação: Valores válidos para dispensa de licitação.**

### Observações:

- 07 Relógios Henry Primmes Acessos (Biometria 4M Suprema ) com bateria interna e nobreak externo sendo 06 em Salvador/BA e 01 em Feira de Santana/BA;
- 01 Locação de Licença de software de gerenciamento do ponto ANUAL – Sispono Web + Mobile para até 600 pessoas + Suporte técnico ilimitado em horário comercial ( 08:00 as 12:15 - 13:15 as 17:45 horas ) através de whatsapp , telefone ou e-mail.
- 02 Manutenções preventivas ANUAIS para cada relógio
- 07 Manutenções Corretivas (ANUAIS) com troca de peças.

### 1. CONDIÇÕES COMERCIAIS

#### 1.1. CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

- Faturamento será realizado mensalmente.

#### 1.2. IMPOSTOS

- Todos os impostos estão inclusos.

#### 1.3. VALIDADE DA PROPOSTA

- 75 dias

#### 1.4. GARANTIA DE PEÇAS

- Garantia de Peças de 12 (doze) meses direto pelo fabricante, . Garantia não cobrirá qualquer tipo de mau uso identificado no equipamento, peças, componentes e/ou software. Após devidamente constatado tal situação, todo o custo gerado pelo conserto ou liberação de nova licença, será de responsabilidade da contratante.

JEFFERSON  
CHOCHI  
ZEMBOVICI:0  
2450576924

Assinado de forma digital por JEFFERSON CHOCHI ZEMBOVICI:02450576924  
Dados: 2024.12.06 08:59:24 -03'00'



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE  
DIRETORIA GERAL - PGE/DG

PROCESSO:	006.0406.2024.0090414-67
OBJETO:	Aquisição de Licença de uso de software

## DESPACHO

Trata-se de processo de contratação de empresa especializada para aquisição de licença de uso software de controle de frequência em nuvem pelo período de 12 (doze) meses e do serviço de manutenção corretiva e preventiva de relógios biométricos nobreak denominado "Prime Acesso FC". A continuidade e manutenção do sistema de controle de frequência eletrônico, bem como dos dispositivos biométricos, são essenciais para sustentar os avanços alcançados, atender à legislação, e manter a eficiência e segurança nos registros de ponto, razão pela qual, declaro, para os fins legais, especialmente do quanto consta na Lei de Responsabilidade Fiscal, que existem recursos orçamentários e financeiros para o atendimento da despesa de que trata este processo de n.º 006.0406.2024.0090414-67, no valor estimado anual para contratação de R\$ 18.240,00 (dezoito mil duzentos e quarenta reais) constando do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei de Orçamento Anual - LOA, nesta última no seguinte:

FONTE: 100

PROJETO/ATIVIDADE: 7033

ELEMENTO DE DESPESA: 339040

De ordem, de acordo com o art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e consoante art. 1º, VIII, da Portaria PGE nº 047/2023 (doc. SEI 00105634130) dispense a licitação, em razão do valor, para a contratação descrita no presente processo, no valor de R\$ 18.240,00 (dezoito mil duzentos e quarenta reais), conforme orçamento apresentado pela empresa **HENRY EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS LTDA.**

Encaminhe-se à Diretoria Administrativa para demais providências e após, à Coordenação de Serviços Gerais para emissão de RS, SRD, LID e APS.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Falcao de Azevedo Souza, Diretor Geral**, em 03/01/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00105633759** e o código CRC **033B3A72**.

Referência: Processo nº 006.0406.2024.0090414-67

SEI nº 00105633759

12 de janeiro de 2023, tendo como objeto a Locação de um galpão comerciais de 36.000 m², localizado na Rua Antônio Andrade, nº 67, porto Seco Pirajá, CEP: 41.233-015, Salvador - Bahia, a fim de fazer o reajuste, com base na variação do INPC/IBGE, no percentual de 4,779999%, conforme previsto na Cláusula Sexta do Contrato. Assim o valor mensal da locação passa a ser no importe de R\$ 184.443,02 (cento e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e dois centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 2.213.316,24 (dois milhões, duzentos e treze mil trezentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos). Permanecem em vigor as demais cláusulas do contrato. A presente apostila passa a fazer parte integrante do contrato aqui identificado, como se nele estivesse transcrita e vai firmada pelo Diretor Geral da Empresa Gráfica da Bahia, para que produzam os seus efeitos legais e jurídicos. Em 27/02/2025. Robson Santos de Araújo - Respondendo pela Diretoria Geral da EGBA.

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

### RESUMO DE CONTRATO

Processo SEI nº 006.0406.2024.0090414-67

Contrato PGE nº 004/2025 - Dispensa de Licitação nº 001/2025

Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contratada: **HENRY EQUIPAMENTOS ELETRONICOS E SISTEMAS LTDA**

Objeto: Contratação de serviços de licença de uso software de controle de frequência em nuvem e manutenção corretiva e preventiva de relógios de ponto biométricos com nobreak denominados "Prime Acesso FC", no valor global de R\$ 18.240,00 (dezoito mil duzentos e quarenta reais). Unidade Orçamentária - 06.101, Fonte - 100, Projeto/Atividade - 7033, Elemento da Despesa - 33.90.40, Prazo: 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura (25/02/2025).

Setor Responsável pela Gestão Contratual: Coordenação de Recursos Humanos - CRH

Gestora: Regina Maria Rocha Pires

Fiscais: Lucimário Ramos Oliveira e Maria Helena Cerviño Rivas Almeida

### RESUMO DE CONTRATO

Processo SEI nº 006.7565.2024.0004465-19

Contrato PGE nº 011/2025 - Pregão Eletrônico nº 009/2024

Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contratada: **GOMES EMPREENDIMENTOS LTDA**

Objeto: Contratação de serviços contínuos de suporte administrativo e operacional a prédios públicos para a Procuradoria do Interior - Núcleo Regional de Vitória da Conquista, no valor global de R\$ 78.271,92 (setenta e oito mil duzentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos). Unidade Orçamentária - 06.101, Fonte - 100, Projeto/Atividade - 2000, Elemento Despesa - 33.90.37, Prazo: 12 (doze) meses a partir de 02/03/2025.

Setor Responsável pela Gestão Contratual: Procuradoria do Interior - Núcleo Regional de Vitória da Conquista

Gestora: Carla Mariane Souza da Cunha

Fiscal: Bárbara Ferreira Pithon Brito Castro

### RESUMO DE ADITIVO CONTRATUAL

Termo Aditivo 01 (Contrato PGE 051/2024)

Processo nº 006.7550.2024.0065166-56

Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contratada: **JOSE EDUARDO PEREIRA GOMES**

Objeto: Alterar a razão social da pessoa jurídica para GOMES EMPREENDIMENTOS LTDA, ficam retificadas as cláusulas em desacordo com as modificações ora inseridas, bem assim ratificadas as demais.

### RESUMO DE ADITIVO CONTRATUAL

Termo Aditivo 01 (Contrato PGE 015/2020)

Processo nº 024.2056.2025.0001409-67

Contratante: ESTADO DA BAHIA/PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Contratada: **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Objeto: Prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, com início em de 05/03/2025 e término em 04/03/2026, ou até que ultimado o processo licitatório, o que primeiro ocorrer, cujas despesas serão atendidas pela Unidade Orçamentária - 06.101, Fonte - 100, Projeto/Atividade - 2018, Elemento de Despesa - 33.90.30, retificadas as cláusulas em desacordo com as modificações ora inseridas e ratificadas as demais.

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

### RESUMO DO CONTRATO DE COOPERAÇÃO Nº 009/2025

**Processo nº** 009.15715.2025.0001510-10. **Contratante:** Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração. **Contratado:** Banco Industrial do Brasil S/A. **Objeto:** Possibilitar a oferta de empréstimo, juros e amortizações dele decorrentes, mediante pagamento com o desconto na folha de pagamento dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e pensionistas dos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, bem como dos empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado da Bahia. **Vigência:** 12 (doze) meses ou até o advento do novo padrão contratual, a contar da data de sua publicação. **Fundamentação Legal:** Art. 12, §1º do Decreto nº 17.251/2016. **Assinatura:** 25.02.2025.

### RESUMO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 009/2024

**Processo SEI nº:** 009.0177.2025.0000652-63. **Contratante:** Estado da Bahia, através da Secretaria da Administração. **Contratada:** Braspe Recursos Humanos Ltda. **Objeto:** Prorrogação do prazo de vigência do referido contrato por 12 (doze) meses, contados a partir de 08.03.2025

e a alteração dos §5º e §6º da Cláusula Nona - Fiscalização do Contrato, mantendo-se o valor global estimado em R\$ 151.041,12 (cento e cinquenta e um mil, quarenta e um reais e doze centavos). **Unidade Orçamentária:** 09.801, **Unidade Gestora:** 0001, **Ação (Projeto/Atividade):** 04.122.442.4222, **Natureza da Despesa:** 3.3.90.37, **Destinação de Recurso:** 1.500.0.100.000000.00.00.00. **Assinatura:** 25.02.2025.

### APOSTILA Nº 001/2025 AO CONTRATO Nº 023/2022

O **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**, neste ato representado por seu titular, Sr. Edelvino da Silva Góes Filho, devidamente autorizado por decreto de delegação de competência, publicado no Diário Oficial do Estado de 19 de maio de 2023, no uso de suas atribuições, em conformidade com o processo SEI nº 009.0177.2025.0009011-00 e considerando o que dispõe o Art. 135, inciso I, da Lei Estadual nº 9.433/2005, **RESOLVE** expedir a presente **APOSTILA** ao Contrato nº. 026/2022, celebrado com a empresa Smart NX Tecnologia Ltda, para remanejar o valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), consignados na unidade 09.101.0014 (Superintendência da Gestão e Inovação/SAEB/SIGI), para a unidade 09.801.0001 (Diretoria Geral/DG/SAEB), com efeitos retroativos a contar de 17/12/2024, sem qualquer modificação do valor contratado. **Assinatura:** 27.02.2025.

### EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO

Secretário da Administração.

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**RESUMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 05/2024.** Processo SEI: 008.2147.2024.0015341-65. Pregão Eletrônico nº 133/2022. Contratante: Governo da Bahia através da **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**. Empresa **SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA**. Objeto: Concessão de reajuste com base no INPC/IBGE 2023/2024, no percentual de 4,30% (quatro vírgula trinta por cento), nos termos do inciso XXV do art. 8º da Lei estadual no 9.433/05. O presente contrato sofrerá alteração no seu valor mensal, passando de R\$ 19.562,48 (dezenove mil quinhentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos) **para R\$ 19.587,57 (dezenove mil, quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e sete centavos).** O valor global que antes era de **R\$ 234.749,76 (duzentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos),** passará a ser **R\$ 235.050,87 (duzentos e trinta e cinco mil, cinquenta reais e oitenta e sete centavos).** Este termo trata-se de correção dos valores unitários do Processo SEI nº 008.2147.2024.0015341-65. Regime de execução: Empreitada por preço unitário. Unidade Orçamentária: 36.101. Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00. P/A/OE: 2000. Elemento de Despesa: 3.3.90.37.0000. Data da assinatura: 27/02/2025. Luciano Márcio Nascimento Suedde - Secretário de Comunicação Social em exercício.

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### RESUMO DA APOSTILA Nº 001/2025 DO CONTRATO Nº 009/2024

PROCESSO SEI Nº. 015.1529.2025.0000484-80. CONTRATANTE: ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE. CONTRATADA: CS BRASIL FROTAS S.A.. OBJETO: APOSTILA DO CONTRATO Nº 009/2024 PARA REALIZAR A INCLUSÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15.101 UNIDADE GESTORA: 0001 ATIVIDADE: 22.122.502.2000 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.33.000 DESTINAÇÃO DE RECURSOS: 1.704.0.109.000000.00.00.00 / 2.704.0.309.000000.00.00.00. ASSINATURA: 27/02/2025.

### RESUMO DA APOSTILA Nº 002/2025 DO CONTRATO Nº 015/2024

PROCESSO SEI Nº. 015.1529.2025.0000484-80. CONTRATANTE: ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE. CONTRATADA: LM TRANSPORTES INTERESTADUAIS SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A. OBJETO: APOSTILA DO CONTRATO Nº 015/2024 PARA REALIZAR A INCLUSÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15.101 UNIDADE GESTORA: 0001 ATIVIDADE: 22.122.502.2000 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.33.000 DESTINAÇÃO DE RECURSOS: 1.704.0.109.000000.00.00.00 / 2.704.0.309.000000.00.00.00. ASSINATURA: 27/02/2025

### RESUMO DA APOSTILA Nº 003/2025 DO CONTRATO Nº 008/2024

PROCESSO SEI Nº. 015.1529.2025.0000484-80. CONTRATANTE: ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE. CONTRATADA: EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA - EGBA. OBJETO: APOSTILA DO CONTRATO Nº 008/2024 PARA REALIZAR A INCLUSÃO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15.101 UNIDADE GESTORA: 0001 ATIVIDADE: 22.122.502.2000 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.000 DESTINAÇÃO DE RECURSOS: 1.704.0.109.000000.00.00.00 / 2.704.0.309.000000.00.00.00. ASSINATURA: 24/02/2025.

**EGBA**

**CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

EGBA: 71 3343-2886 • [www.egba.ba.gov.br](http://www.egba.ba.gov.br)

